

Adriano Marques



ESTATUTOS DA UNIÃO DEMOCRÁTICA

NACIONAL

TÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO PARTIDARIA - FINS, SÉDE E

DURAÇÃO

Artº 1º - A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL, fundada na cidade do Rio de Janeiro a 7 de abril de 1945, constitue-se, com sede na mesma cidade, em partido de âmbito nacional. Tem por fim cooperar na política do país, participando de eleições federais, estaduais e municipais e assim contribuindo para o aperfeiçoamento da administração dos interesses públicos e para o progresso cívico e material do povo brasileiro. Sua duração é indeterminada.

Artº 2º - Na realização dos seus objetivos a U.D.N. propugnará pela unidade e segurança interna e externa do Brasil como República Federativa, sob regime livre e democrático, tendo em vista o programa que, em anexo, integra estes estatutos.

Artº 3º - A representação legal da U.D.N., em juiz ou fora dele, cabe, no que for regulado pelo direito civil, ao Presidente do Diretório Federal; e no que não for pelas leis eleitorais, ao mesmo órgão, aos presidentes dos diretórios estaduais e municipais, e aos delegados do partido, na forma por eles estabelecida.

TÍTULO II

DO ORGANISMO PARTIDARIO

Artº 4º - A suprema direção política e administrativa da U.D.N. incumbe à Convocação Geral e ao Diretório Federal, que a exercerão, nos assuntos pertinentes à política dos Estados, por intermédio das respectivas Convocações e Diretórios estaduais.

único - Para todos os efeitos regidos por estes estatutos, o Distrito Federal e os Territórios são equiparados aos Estados; e aos municípios, as circunscrições pelas quais se subdividem.

CAPÍTULO I

DA CONVENÇÃO GERAL

Artº 5º - Compõem a Convocação Geral : -

- a) - os membros do Diretório Federal;
- b) - os delegados dos Diretórios Estaduais, elegendo cada diretório três representantes;
- c) - os delegados dos diretórios municipais e dos diretórios das organizações operárias referidas no artº 17, designando cada diretório um representante;
- d) - os parlamentares, federais e estaduais, eleitos pelo partido e seus suplentes.

Artº 6º - A Convocação Geral, órgão soberano do Partido, reunir-se-á :

- a) - ordinariamente, para eleger candidato à Chefia do Poder Executivo

Adriano Marques
ACADEMIA DE LETRAS
LACO TELESCÓPIO - RUA DA FABRICA - 100 - RIO

Oscar Augusto

- 2 -

vo Federal e os órgãos de direção do partido, em data que for designada pela Comissão Executiva;

b) - extraordinariamente, quando convocada pela mesma Comissão ou por doze diretórios estaduais, para deliberar sobre as matérias indicadas no ato de convocação.

§ 1º - A convocação e a designação de datas de reuniões da Convocação serão feitas por via postal ou telegráfica e pela imprensa, com a antecedência, no mínimo, de trinta dias.

§ 2º - A Convocação deliberará por maioria de votos, com a presença, no mínimo, da maioria dos seus componentes, salvo nas reuniões para emenda dos estatutos ou reforma do programa, nas quais é exigida a aprovação por dois terços dos membros presentes.

CAPÍTULO II

DO DIRETÓRIO FEDERAL

Artº 7º - O Diretório Federal é constituído pelo Conselho e pela Comissão Executiva.

§ 1º - O Conselho compõe-se de 35 membros, dos quais seis serão eleitos pela Convocação Geral, e vinte e nove pelos diretórios estaduais, cabendo a cada diretório a designação de seu representante e substituto.

§ 2º - A Comissão Executiva compõe-se de nove membros, eleitos pela Convocação Geral.

Artº 8º - Ao Diretório Federal, como órgão supremo da direção do partido, incumbe orientar as suas atividades, discutindo e deliberando todos os assuntos que possam interessar à execução do programa partidário, especialmente os que lhe forem propostos pela Comissão Executiva.

§ 1º - Entre as suas atribuições figuram especialmente :
a) - a de definir a atitude do partido em face dos problemas políticos, econômicos e sociais do país ;

b) - a de reconhecer os diretórios estaduais e aprovar seus regimentos, bem como a de fixar suas quotas de contribuição;

c) - a de organizar o seu regimento interno e suprir as comissões testes Estatutos.

Artº 9º - A presidência do Diretório Federal é exercida pelo presidente da Comissão Executiva.

§ 1º - A eleição do presidente será efetuada pelo Diretório, dentre os membros da Comissão.

§ 2º - Os escolhidos exercerão suas funções pelo prazo de um ano, não podendo ser reeleitos.

Artº 10º - O Diretório Federal elegerá as seguintes comissões permanentes :

- a) - de Estudos Sociais, Econômicos e Financeiros;
- b) - de Estudos Administrativos e Problemas Estaduais e Municipais;
- c) - de Estudos Jurídicos em geral e de Legislação Eleitoral.
- d) - de Estudos de Educação, Assistência e de Saúde Pública.
- e) - de Estudos de Direito Trabalhista e Organização Operária.

ALFREDO LIMA
AVENIDA FERNANDO VIEIRA, 112-RIO

Octavio Marques de Oliveira

único - As Comissões Permanentes serão formadas de cinco membros pelo menos e presididas pelo que pertencer ao Conselho. Poderão propor ao Diretório a criação de sub-comissões de especialistas nas diferentes matérias de suas atribuições, uma vez que sejam membros ativos do partido.



CAPÍTULO III

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Artº 11º - Compete à Comissão Executiva :

- a') - convocar a Convocação Geral, ordinária e extraordinariamente, orientar e executar as suas deliberações;
- b) - executar as deliberações do Conselho;
- c) - propor ao Presidente os nomes dos delegados do partido;
- d) - elaborar regulamentos, expedir instruções e praticar todos os atos necessários à eficiência da ação partidária, mediante prévia consulta ao Conselho, sempre que julgar conveniente.

Artº 12º - Ao Presidente da Comissão Executiva compete :

a) - presidir às suas reuniões e às do Diretório Federal, executando e fazendo executar as decisões tomadas;

b) - contratar funcionários, fixando-lhes vencimentos, demitindo-os e substituindo-os;

c) - nomear os delegados do partido, podendo transferir essa atribuição aos presidentes dos diretórios estaduais, sempre que se tratar de eleição estadual ou municipal;

d) - deliberar sobre matérias de administração e expediente que não sejam privativos da Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV

DA SECRETARIA GERAL

Artº 13º - Nas relações com os órgãos internos e os membros do partido e nas de outras naturezas que tenha de manter com os que dele não façam parte, a Comissão Executiva atuará por meio da Secretaria Geral, órgão de expedição e execução imediata de suas deliberações.

Artº 14º - A Secretaria Geral compõe-se de um secretário Geral Nacional, assistido por sete secretários, designados pela Comissão Executiva, competindo a estes a direção dos Departamentos Partidários.

Artº 15º - A Comissão Executiva expedirá o regulamento da Secretaria Geral.

CAPÍTULO V

Artº 16º - Os Diretórios estaduais da U.D.N. terão organização homóloga à do Diretório Federal e serão eleitos pelas respectivas Convenções.

Artº 17º - Além dos representantes dos Diretórios Municipais poderão participar das Convenções estaduais representantes dos diretórios das organizações operárias, uma vez reconhecidos pelos Diretórios estaduais ou pela Seção respectiva da Secretaria Geral.

Artº 17º

CAPÍTULO VI

DOS MÉMROS ATIVOS

Artº 17º - São membros ativos da UDN. os eleitores de um e de

Alfredo Lopes Júnior

O Javú Marajá

- 4 -

outro sexo que assinarem as listas de adesão para os fins de seu registro como partido de âmbito nacional e aqueles que, em qualquer tempo, se inscreverem no rol dos seus contribuintes.

§ 1º - Aos seus membros ativos o Partido assegura o direito de concorrerem nas escolhas de candidatos para quaisquer cargos eletivos, dentro ou fora dele, e o de participarem das votações pelas quais sejam feitas indicações de candidatos.

§ 2º - O código de ética dos membros ativos da U.D.N. será organizado pela Seção Jurídica, da Seção Jurídica, da Secretaria Geral, e submetido à aprovação do Diretório Federal.

§ 3º - Os membros ativos do partido ficam sujeitos ao pagamento das contribuições permanentes ou temporárias que forem estabelecidas pelo Diretório Federal e pelos Diretórios Estaduais, operando-se a sua arrecadação por intermédio dos diretórios locais.

TÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº 18º - A U.D.N. constituirá o seu patrimônio com as contribuições voluntárias dos seus membros e dos donativos que para isso receber.

§ único - No caso de dissolução da U.D.N. o seu patrimônio deverá ter o destino que lhe for dado pelo seu último Diretório Federal, aprovado por maioria de votos da convenção especialmente convocada.

Artº 19º - As despesas com os seus serviços e atividades deverão ser cobertas pela arrecadação das contribuições previstas no artº e de qualquer outra que provindam de pessoas ou entidades interessadas na execução dos seus fins.

Artº 20º - Os membros da U.D.N. e de quaisquer de seus órgãos de direção não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações civis contraídas, em nome dela, por qualquer de seus órgãos.

Artº 21º - Os regulamentos e instruções para execução do disposto nestes Estatutos serão elaborados pela Comissão Executiva e submetidos à aprovação do Diretório Federal.

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artº 22º - Ao Diretório Nacional, eleito pela convenção de 21 de abril próximo passado, cabe, no exercício da delegação recebida, aprovar os presentes estatutos e exercer as funções previstas no artº 6º letra a e § 2º, in fine, e nos arts. 8º e 1º, até que a primeira Convenção eleja o novo Diretório (arts. 7º e §§ 1º e 2º).

§ único - Salvo a hipótese do artº 6º, letra b, a primeira Convenção Geral será convocada (artº 11º, letra a) para três meses após as primeiras eleições federais que se realizarem; e lhe incumbirá eleger os órgãos de direção do Partido, na conformidade do artº 6º, letra a).

Artº 23º - Ao Diretório Nacional, referido no artigo precedente, cabe ainda eleger: a primeira Comissão Executiva, composta de nove membros (artº 7º, § 2º; arts. 11º e 12º) e o primeiro Secretário Geral (artº 14º), cessando os respectivos mandatos com as eleições a que procederá a Convenção prevista no artº 22º § único; e os representantes da "UNIÃO DEMOCRATICA NACIONAL" na comissão mixta que vier a ser formada deles e dos delegados do partido ou dos partidos, com os quais entrar em aliança ou entendimento para unidade de propaganda da candidatura, de esboço comum, à presidência da República.

Alfredo Pachacútec



Artº 24º. Não serão preenchidas, no Diretório Nacional, a que se refere o artº 22º, as vagas que se verificarem até a presente data. Para as que ocorrerem de futuro, enquanto não se reunir o deliberar a primeira Convocação geral, serão eleitos substitutos pelas demais membros do mesmo Diretório, salvo as fates, por maioria, recuperarem o seu não-preenchimento.

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1945

José Manoel

REGISTRO DE SINTOSES E DOCUMENTOS
ALFREDO BRITO VIEIRA - RUA DO ROSÁRIO, 112 - RJ

Isento de voto